

Brasília-DF, 28 de agosto de 2026



Fim da Escala 6X1: Centrais Sindicais e Movimentos Sociais farão manifestação na Avenida Paulista



No próximo domingo (30), a partir das 10 horas haverá grande concentração na Avenida Paulista em frente do MASP – Museu de Artes Modernas de São Paulo para celebrar o “Dia de Mobilização Nacional pelo Fim da Escala 6x1”. Os representantes do Fórum das Centrais Sindicais se reuniram na manhã de terça-feira (25) e definiram como prioridade este evento.

A palavra de ordem da manifestação será: “Vota, Senado!” com a finalidade de pressionar os senadores pela aprovação da PEC 221/2019 – Proposta de Emenda à Constituição em análise na CCJ – Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que trata do tema e prevê a Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário.

O relator da PEC, senador Omar Aziz, disse à imprensa que não vai alterar o texto aprovado pela Câmara para que não precise passar por outra votação e apresentará o seu parecer na próxima quinta-feira (27), e que a votação na Comissão deve ocorrer no dia 2 de setembro. A votação, porém, pode ficar para outra data caso algum senador peça vista.

De acordo com Nailton Francisco de Souza (Porreta),

vice-presidente Nacional da NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores, os atos convocados pela entidade e a CUT, CTB, CSB, Força Sindical, Intersindical, UGT, Pública Central do Servidor, o VAT – Movimento Vida Além do Trabalho e as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, acontecerão nas principais capitais.

“Temos que demonstrar força para que os membros da CCJ aprovem a PEC e encaminhe para votação no plenário do Senado. Para que o fim da escala 6x1 se torne lei são necessários 48 votos favoráveis do total de 81 senadores e depois seja sancionado pelo presidente da República. Não falte nas manifestações”, recomenda Nailton Porreta.

O que deve mudar com a aprovação do fim da escala 6x1

A proposta aprovada na Câmara e enviada ao Senado reúne duas PECs que tramitavam em conjunto: a PEC 221/19, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que previa jornada semanal de 36 horas, e a PEC 8/25, da deputada Érika Hilton (PSOL-SP), que defendia a jornada em quatro dias de trabalho.

O texto estabelece jornada de oito horas diárias e 40 horas semanais, distribuídas em cinco dias de trabalho e dois de descanso sem redução salarial. O texto também prevê que acordos e convenções coletivas poderão definir compensações de horário e jornadas menores.

Pelas novas regras, os trabalhadores terão direito a dois dias de descanso semanal, preferencialmente aos domingos. A medida não altera jornadas que já sejam iguais ou inferiores a 40 horas semanais.

Resumo

A proposta, após a promulgação da PEC, determina em 60 dias:

O início da escala de 5 dias de trabalho com 2 dias de descanso;

A jornada reduzida de 44 horas semanais para 42 horas e;

Em 14 meses:

Jornada deve cair de 42 horas para 40 horas semanais, mantida a escala 5X2 e;

Dois dias de descanso por semana, um deles preferencialmente aos domingos

O texto aprovado também estabelece exceções

Profissionais com diploma de nível superior e remuneração mensal acima de R\$ 21,1 mil não estarão submetidos às novas regras de jornada e controle de ponto. Segundo o relatório, a medida busca evitar a pejotização e garantir maior flexibilidade para trabalhadores de alta renda. Nesses

Brasília-DF, 28 de agosto de 2026

casos, a redução da jornada dependerá de decisão do empregador ou de previsão em acordos coletivos.

A exceção, no entanto, não se aplica aos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Nos contratos firmados pelo poder público com empresas terceirizadas, os trabalhadores passarão a ser incluídos na nova jornada a partir da formalização de aditivos contratuais ou após o prazo máximo de 12 meses previsto para adaptação.

Como pressionar

Pelo celular, tablet ou computador, você pode mandar seu recado para os senadores pela plataforma Na Pressão: <https://napressao.org.br/>

Fonte: NCST-SP

Centrais lançam canal para denunciar assédio eleitoral no trabalho

Ferramenta recebe relatos de ameaças, demissões, retirada de benefícios e outras formas de pressão política no ambiente de trabalho



As centrais sindicais lançaram um canal nacional para receber denúncias de assédio eleitoral no trabalho durante as eleições de 2026. A ferramenta permite registrar casos de ameaças, constrangimentos, demissões, retirada de benefícios e outras formas de pressão relacionadas à escolha política dos trabalhadores.

O assédio eleitoral ocorre quando empregadores ou gestores usam sua posição de poder para tentar influenciar o voto ou a manifestação política de trabalhadores. Entre as práticas estão ameaças de demissão, transferência, perda de função ou

benefícios e promessas de vantagens em troca de apoio político.

As denúncias serão sistematizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O levantamento permitirá identificar as categorias, sindicatos, empresas e regiões envolvidas, além de possíveis casos semelhantes em diferentes unidades de uma mesma organização.

A partir das informações recebidas, as entidades sindicais poderão orientar os trabalhadores e adotar medidas para enfrentar as situações denunciadas. Quando houver evidências suficientes, os casos também poderão ser encaminhados ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

O objetivo da iniciativa é proteger a liberdade de opinião e de voto e impedir que relações de trabalho sejam utilizadas como instrumento de pressão política.

Como denunciar

O canal está disponível pela internet, sem necessidade de baixar aplicativo. Também há um contato de WhatsApp para orientações.

Denuncie: <https://centraissindicais.org.br/ae/>

Fonte: NCST

Lula estuda cobrar contribuição de empresas para conter pejetização, diz Durigan

Medida estudada pela equipe econômica mira a pejetização abusiva e busca compensar perdas de arrecadação da Previdência



Crédito: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

A equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda criar uma contribuição previdenciária voltada a empresas que mantenham uma parcela elevada de trabalhadores contratados como pessoa jurídica, em uma tentativa de coibir a chamada pejetização abusiva e reforçar a proteção social de profissionais que, embora atuem como PJs, exercem funções semelhantes às de empregados formais.

Brasília-DF, 28 de agosto de 2026

A informação foi divulgada em entrevista do ministro da Fazenda, Dario Durigan, à Broadcast, da Agência Estado, publicada nesta terça-feira (25). Segundo o ministro, que também coordena a área econômica da campanha de Lula à reeleição, o tema já foi discutido internamente pelo governo e pode integrar uma proposta a ser encaminhada ao Congresso em um eventual quarto mandato petista.

Durigan afirmou que a preocupação central do governo é diferenciar a prestação legítima de serviços da substituição em larga escala de trabalhadores celetistas por pessoas jurídicas. O modelo de contratação por PJ não é ilegal em si, mas passa a ser visto como problema quando é utilizado para mascarar relações de emprego e reduzir custos das empresas com encargos trabalhistas e previdenciários.

O ministro citou como exemplo uma empresa em que 10% da força de trabalho esteja contratada como PJ. Nesse caso, avaliou, pode se tratar de terceirização regular. Mas, se 80% dos trabalhadores estiverem nessa condição, o governo entende que seria necessário discutir uma forma diferente de tributação. Uma das alternativas em estudo é exigir uma contribuição previdenciária da empresa para compensar parte da perda de arrecadação e ampliar a cobertura social desses profissionais.

Segundo Durigan, a pejetização feita para desonerar empresas dos pagamentos à Previdência tem ocorrido de maneira abusiva e deixa trabalhadores sem a proteção que teriam em um vínculo formal.

“Ao criar um microempreendedor ou ao pejetizar com outro regime de empresa, você deixa de dar proteção àquele trabalhador que de fato é um trabalhador que tem vínculo, que deveria ser um trabalhador celetista”, afirmou o ministro.

A discussão ocorre em meio à busca do governo por alternativas para enfrentar o déficit previdenciário, que tende a se tornar um desafio ainda maior com o envelhecimento da população brasileira. Para a equipe econômica, a expansão de relações de trabalho sem contribuição equivalente à Previdência reduz a arrecadação e amplia a vulnerabilidade de trabalhadores que, na prática, dependem de uma única empresa ou exercem atividades típicas de empregados.

A proposta em análise não significaria o fim da contratação de prestadores de serviço por meio de empresas. O foco, segundo a formulação apresentada por Durigan, está nos casos em que a pejetização se transforma em mecanismo recorrente para substituir empregados formais e diminuir obrigações previdenciárias.

Além da pejetização, Durigan associou o desequilíbrio previdenciário a privilégios mantidos por militares e por setores da elite do funcionalismo público. De acordo com o ministro, discutir a redução desses benefícios será uma das prioridades econômicas de um eventual novo mandato de Lula.

A agenda apresentada por Durigan também inclui a manutenção do arcabouço fiscal, ajustes nas regras de despesas e revisão de benefícios tributários. O ministro afirmou que o governo pretende entregar resultado primário positivo em 2027 e que o Orçamento do próximo ano deverá prever meta de superávit de 0,5% do PIB.

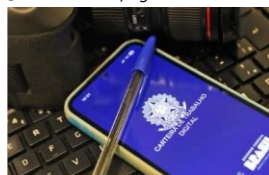
Durigan também defendeu a eliminação de subsídios concedidos a combustíveis e apontou, entre as prioridades econômicas de um eventual quarto mandato, a redução dos juros do cartão de crédito e a discussão sobre a jornada de trabalho. Esses temas compõem a estratégia do governo para combinar responsabilidade fiscal, revisão de distorções tributárias e ampliação da proteção social.

Fonte: Brasil247

Desemprego cai para 5,3%, o menor para o trimestre terminado em julho

População ocupada atinge recorde de 103,3 milhões de pessoas

© Bruno Peres/Ag. Brasil



A taxa de desemprego no trimestre terminado em julho ficou em 5,3%. O resultado representa o menor patamar para esse período de três meses de toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012.

No trimestre anterior, terminado em abril, a taxa era de 5,8%. Já no mesmo período do ano passado, 5,6%.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Pnad revelou que o número de pessoas ocupadas atingiu 103,3 milhões, recorde da série histórica. O número de empregados com carteira assinada (excluindo trabalhadores domésticos) foi 39,4 milhões, também o maior da série histórica.

Já a quantidade de trabalhadores sem carteira assinada era de 13,8 milhões, crescimento de 3,6%

Brasília-DF, 28 de agosto de 2026

na comparação com o período até abril (mais 477 mil pessoas).

De acordo com o analista da pesquisa, William Kratochwill, o crescimento da ocupação no trimestre até julho foi puxado pelo setor de construção civil.

"A maioria aconteceu entre pedreiros e trabalhadores elementares da construção de edifícios", cita.

O analista acrescenta que mudanças tecnológicas têm facilitado a obtenção de ocupação.

"Hoje em dia, com telefone e bicicleta, você consegue trabalhar. A tecnologia está mudando o mercado de trabalho", diz.

A ocupação no agrupamento transporte, armazenagem e correio, que inclui entregadores de aplicativo, cresceu 5,4% na comparação com o mesmo trimestre de 2025.

O contingente de desocupados ficou em 5,8 milhões, o que significa menos 503 mil pessoas (reco de 8%) em relação ao trimestre de fevereiro a abril.

A taxa de informalidade - proporção de trabalhadores informais na população ocupada - foi 37,5%. Até abril estava em 37,2%.

O IBGE aponta como informais os trabalhadores sem carteira e os autônomos e empregadores sem CNPJ. Essas pessoas não têm garantidas coberturas como seguro-desemprego, férias e 13º salário.

A população desalentada, formada por pessoas que não procuravam emprego pois acreditavam que não conseguiriam uma vaga, marcou 2,3 milhões de pessoas, queda de 9,7% no trimestre.

O rendimento médio do trabalhador ficou em R\$ 3.762, reco de 0,7% na comparação com o período até abril. O IBGE classifica essa diferença como "estável".

A pesquisa

A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

O menor desemprego já registrado pela Pnad foi

5,1%, no último trimestre de 2025. A maior taxa já constatada foi 14,9%, atingida em dois períodos: nos trimestres móveis encerrados em setembro de 2020 e em março de 2021, ambos durante a pandemia de covid-19.

Fonte: Agência Brasil

Nota alta e nota baixa



Agora que as campanhas eleitorais saíram da clandestinidade e se legalizaram, faltam menos de 50 dias para o primeiro turno.

Já se pode "fechar" uma chapa, até com os números dos candidatos, para a "cola" do dia da eleição.

O movimento sindical dos trabalhadores está desafiado a ajudar nas campanhas e a eleger aqueles candidatos que merecem o apoio dos trabalhadores porque defendem os interesses da classe em sua vida pública e em seus mandatos.

Há muitas formas de participação até o voto na urna eletrônica e todas podem e devem ser adotadas pelas entidades sindicais, com inteligência e eficácia.

Além do esforço para votação nos candidatos preferidos o movimento sindical pode, também, rejeitar aquelas candidaturas que não merecem apoio e, pelo contrário, exigem repúdio. É o voto e o desvoto.

Ambas as participações já foram provadas pelo movimento sindical e, às vezes, a segunda forma é a mais temida pelos políticos que disputam mandatos.

Um exemplo histórico desta dualidade (voto e desvoto) é o livro "Quem foi quem na Constituinte", editado em outubro de 1988 pela Cortez e pela Oboré, com os resultados das votações de interesse dos trabalhadores compilados pelo DIAP que atribuiu a todos os constituintes (senadores e deputados) uma nota correspondente de 0 a 10.

Durante anos esta avaliação – nota alta ou nota baixa – foi muito utilizada pelo movimento sindical nas inúmeras campanhas em que participava.

João Guilherme Vargas Neto é consultor sindical

Fonte: Rádio Peão Brasil